

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**IMPACTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA SOBRE O TEMPO  
DE IDA AO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA - PE.**

**SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA JÚNIOR**

**Recife**

**Setembro / 2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**IMPACTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA SOBRE O TEMPO  
DE IDA AO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA - PE.**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado pelo aluno Sebastião Pedro da Silva Júnior ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação da professora Doutora em Economia Gisléia Benini Duarte.**

**Recife**

**Setembro / 2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

J95i

Júnior, Sebastião Pedro da Silva

Impacto do Programa Minha Casa Minha Vida sobre o tempo de ida ao trabalho no município de Serra Talhada - PE. / Sebastião Pedro da Silva Júnior. - 2022.  
38 f. : il.

Orientadora: Gisleia Benini Duarte.

Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Bacharelado em Ciências Econômicas, Recife, 2022.

1. Programa habitacional. 2. Tempo de ida ao trabalho. 3. Programa Minha Casa Minha Vida. 4. Serra Talhada - PE. I. Duarte, Gisleia Benini, orient. II. Título

CDD 330

---

**SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA JUNIOR**

**IMPACTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA SOBRE O TEMPO DE  
IDA AO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA - PE.**

TCC apresentado ao Curso de Graduação em Economia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 26/09/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Gisleia Benini Duarte (Orientadora)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Professora Cristiane Soares de Mesquita (Examinadora Interna)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Professor André de Souza Melo (Examinador Interno)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco



## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer aos meus pais por acreditarem sempre no filho que eles criaram, quero agradecer ao restante da minha família que me apoiaram direta e indiretamente. Quero agradecer a todas as pessoas que me ajudaram a ser uma pessoa esforçada, em especial minha professora e orientadora Gisléia.

Obrigado!

## RESUMO

O presente estudo busca abordar a relação do tempo de ida ao trabalho das pessoas beneficiadas com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no município de Serra Talhada em Pernambuco, e das pessoas não beneficiadas com o programa no mesmo local, além de tentar entender se as pessoas beneficiadas levam mais tempo ou não em relação às não beneficiadas na chegada aos postos de trabalho. O trabalho foi dividido entre grupo de controle e tratamento, sendo, respectivamente, beneficiadas e não beneficiadas com o programa. Através de uma regressão e por meio do método aleatorização conseguimos verificar que as famílias que são beneficiadas com o programa habitacional, levam, em média, maior tempo para chegarem aos postos de trabalho na comparação com o grupo de tratamento.

**Palavras-chave:** Programa habitacional. Tempo de ida ao trabalho. Programa Minha Casa Minha Vida. Serra Talhada - PE.

## ABSTRACT

The present study seeks to address the relationship between the commuting time of people benefiting from the Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) in the municipality of Serra Talhada in Pernambuco, and people not benefiting from the program in the same place, in addition to trying to understand whether the benefited people take longer or not in relation to the non-beneficiaries when they arrive at work. The work was divided between control and treatment groups, being, respectively, benefited and not benefited from the program. Through a regression and through the randomization method, we were able to verify that the families that benefit from the housing program, take, on average, longer time to reach the jobs in comparison with the treatment group.

**KEYWORDS:** Housing program. Commuting time to work. My Home My Life Program. Serra Talhada - PE.

## **LISTA DE TABELAS**



Tabela 1: Estatística descritiva das variáveis para beneficiários e não beneficiários.....	25
Tabela 2: Efeito do PMCMV sobre o tempo de ida ao trabalho.....	27

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição das variáveis utilizadas no estudo da relação entre a política pública e o tempo de ida ao trabalho.....	23
--	----

**LISTA DE SIGLAS**

Confederação Nacional dos Serviços	<b>(CNS)</b>
Fundo de Arrendamento Residencial	<b>(FAR)</b>
Fundo de Desenvolvimento Social	<b>(FDS)</b>
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	<b>(FGTS)</b>
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social	<b>(FNHIS)</b>
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	<b>(IBGE)</b>
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	<b>(Ipea)</b>
Organização das Nações Unidas	<b>(ONU)</b>
Pesquisa Anual da Indústria da Construção	<b>(PAIC)</b>
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	<b>(PNAD)</b>
Plano Nacional de Habitação	<b>(PlanHa)</b>
Programa Minha Casa Minha Vida	<b>(PMCMV)</b>
Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social	<b>(SNHIS)</b>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E AS CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>15</b>
2.1. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	15
2.2. LOCALIDADES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	17
2.3. IMPASSES RELACIONADOS ÀS LOCALIDADES DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS.	19
<b>3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO</b>	<b>21</b>
3.1. COLETA DE DADOS	21
3.2. DESCRIÇÕES DAS VARIÁVEIS	23
3.3. ESTRATÉGIA DE IDENTIFICAÇÃO	24
<b>4. RESULTADOS</b>	<b>25</b>
4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA	25
4.2. O EFEITO DO PMCMV SOBRE O TEMPO DE IDA AO TRABALHO.	27
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>30</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>32</b>
<b>7. APÊNDICES</b>	<b>36</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil, assim como a maioria dos países de industrialização tardia, passou por um processo acelerado de urbanização a partir de 1940, isso fez com que houvesse uma grande instalação da população das áreas rurais para as áreas urbanas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que a taxa da população que habitava áreas urbanas em 1940 era de 31%, e com uma crescente no decorrer dos anos. Em 2015, como mostra Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de urbanização chegou a 84,72%. Miranda(2017) explicita uma maior crescente na urbanização no Brasil após os anos 90.

A falta de planejamento em relação à urbanização fez com que esse crescimento do número de pessoas em espaços urbanos ocorresse de forma desigual, causando uma ocupação desordenada das cidades, e por consequência, ocasionando a favelização. A aglomeração de pessoas em favelas, regiões com alto nível de pobreza e ausência de infraestrutura adequada, é um dos principais problemas do país. A falta de moradias adequadas é outro impasse causado pela grande urbanização que ocorreu no Brasil (PEQUENO, 2008).

CHAGAS (2019) relata que as favelas, os cortiços e as residências precárias estão associados à pior face da pobreza e que esse fenômeno geralmente é transitório em economias que cresceram rapidamente, como é o caso da economia brasileira que teve uma urbanização acelerada.

A moradia faz parte do princípio da dignidade humana, por isso é garantido como direito. Segundo a Organização das Nações Unidas(ONU) (1991), a moradia não seria algo tão simples, como apenas 4 paredes e um teto, e sim um local que exista condições mínimas de sobrevivência, como: energia, saneamento e água. Além disso, o local deve ser seguro e acessível aos serviços públicos (escola, hospital, praças e transportes). Com o intuito de

favorecer essa parte da população que não exerce esse direito, são utilizadas políticas públicas habitacionais, e a que vigora no Brasil é o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) (ALVES et. al. , 2015).

Como explicita DAMICO(2011), o PMCMV é um programa habitacional lançado em 2009, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional do país, visa inclusão social e facilitar o acesso à casa própria, principalmente a famílias com renda de até R\$ 1.800,00, ou seja, famílias com renda baixa. Como mostra a Fundação Joaquim Pinheiro (2012), em 2009 existia um déficit habitacional no Brasil que estava em cerca de seis milhões de residências. O objetivo do PMCMV seria, também, a redução deste índice. Ainda, o programa social de habitação, além de suprir as necessidades habitacionais, objetivava estimular o setor de construção civil. Esse estímulo à construção civil teve efeito e, segundo a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), o mercado de construção civil cresceu no período de instalação do programa e em anos posteriores.

Segundo Vieira e Pereira (2013), entre os anos de implantação do programa até 2013, o montante investido no PMCMV foi de R\$146 bilhões. Desse investimento, 10,80% foi destinado à região Nordeste, e desse recurso, 11,73% foram destinados ao estado de Pernambuco. O estado de Pernambuco sofria com o déficit habitacional antes da implantação do PMCMV, mas o programa contratou mais de 420 mil habitações, segundo dados do Ministério das Cidades (2016), visando a diminuição da falta de moradias adequadas e redução do déficit habitacional. Com criação e incentivo do PMCMV, o resultado de diminuir o déficit habitacional veio para todas regiões do Brasil, mas com destaque para uma redução no déficit mais acentuado nas regiões Norte (-6,4% ao ano) e Nordeste (-3%), sendo uma redução de 2,8% ao ano entre 2010 e 2014 no déficit habitacional brasileiro, segundo NUNES(2019).

Serra Talhada foi alvo de grandes investimentos que fizeram seu desenvolvimento e urbanização ficar mais forte, entre esses investimentos está o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Segundo o Governo de

Pernambuco (2018), entre os municípios do Estado de Pernambuco que receberam parte do investimento para o PMCMV, está o município de Serra Talhada que ficou com um total de R\$ 6,4 milhões. Até o primeiro semestre de 2016, haviam sido contratadas 3.845 unidades habitacionais em Serra Talhada; dessas, 2.833 foram entregues.(LIMA, 2018).

O município de Serra Talhada está localizado na mesorregião do Sertão de Pernambuco, a 420 km da capital Recife, com uma população estimada para o ano de 2019 em 86.350 habitantes, de acordo com o censo IBGE (2010). É o município mais populoso da microrregião do sertão, com destaque no forte setor de comércio e serviços, como também pelo grande número de programas sociais e políticas públicas de impacto relevante. Além disso, é um município com uma cultura marcante, saúde, infraestrutura e educação que destacam-se.(LIMA, 2018).

Mesmo com um investimento robusto em habitação no município de Serra Talhada, algumas questões não são abordadas de forma clara e podem afetar a vida dos moradores beneficiados com o PMCMV, como por exemplo o acesso aos locais públicos e privados dos moradores contemplados com o PMCMV.

Logo, mostra-se importante a verificação do tempo de ida ao trabalho das famílias beneficiadas e também não beneficiadas com o PMCMV com o objetivo de concluir quais diferenças existem no tempo de ida ao trabalho das famílias contempladas e não contempladas com o PMCMV.

Nesse contexto, pretende-se, neste estudo, mostrar a diferença no tempo de ida ao trabalho das pessoas beneficiadas em relação às não beneficiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida no município de Serra Talhada - PE.

Para tanto, utilizou-se de uma regressão linear com o grupo tratado, o grupo de controle e as covariáveis. A estimação da regressão com dados do município de Serra Talhada informa quanto tempo as famílias contempladas e

não contempladas precisam, em média, para chegarem aos postos de trabalho.

Para demonstrar a validade do estudo, o mesmo foi dividido em 5 seções: esta, a introdução, cujo insere e contextualiza o tema abordado, valida a importância do estudo, traz a questão-problema e também o objetivo da na pesquisa. A segunda parte explica o Programa Minha Casa Minha Vida como também mostra os trabalhos que corroboram com a questão cerne do estudo. A terceira seção mostra os procedimentos metodológicos que embasaram a pesquisa. A quarta parte do estudo discute os resultados. Por fim, a quinta seção demonstra as considerações finais e as respectivas contribuições e limitações do trabalho.



## **2. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E AS CONTRIBUIÇÕES**

Nesta seção busca-se explicar o Programa Minha Casa Minha Vida, suas características e objetivos e mostrar contribuições de outros trabalhos que explicam as políticas habitacionais, as localidades dessas políticas e seus impactos nos diversos aspectos sobre os contemplados e não contemplados com algum tipo de política habitacional.

### **2.1. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

O Programa Minha Casa Minha Vida foi criado para diminuir as carências habitacionais que existiam no país, segundo Brasil (2014). O PMCMV foi o mais importante programa habitacional do país, o programa buscou a diminuição do déficit habitacional e o incremento na demanda no setor de construção civil. No ano de 2005 foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), através da Lei nº 11.124/05 com o objetivo de atingir as demandas habitacionais (Brasil, 2014).

Os programas destinados à habitação tiveram apoio do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), que teve o principal enfoque em ajudar famílias de baixa renda com a construção de políticas habitacionais. O PlanHab foi criado em 2008, ano que é caracterizado pela crise mundial e a criação desse plano foi vista como essencial para manter o crescimento e o nível de emprego no país com a atividade imobiliária (Brasil, 2012).

O PMCMV foi criado em 2009 com várias estratégias para suprir as necessidades das famílias de baixa renda e contemplá-las com a casa própria. O programa buscou também a geração de emprego, tanto formal como informal, e a geração de renda com investimento na área da construção civil com previsão de construção de 1 milhão de moradias no seu início (DAMICO, 2011).

Como mostra a Caixa Econômica Federal (2018), a criação do PMCMV visa o acesso à casa própria por famílias de baixa renda, ou seja, famílias que recebem até três salários mínimos, essas famílias se encaixam na Faixa 1 do PMCMV. O programa é formado por três faixas de acordo com a renda dos beneficiados. A Faixa I é destinada para as famílias com renda de até 3 salários mínimos. As Faixas II e III são destinadas às famílias com renda de 3 a 6 salários mínimos e de 6 a 10 salários mínimos, respectivamente.

A política habitacional é definida pelos seguintes critérios para conseguir a contratação do programa abordados pela (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2018):

- I. Maior contrapartida do setor público local, na forma prevista a seguir:
- II. Promover ações que facilitem a execução de projetos, na forma disposta no art. 4º do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011;
- III. Estender sua participação no programa, sob a forma de aportes financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, necessários à realização das obras e serviços do empreendimento;
- IV. Menor valor de aquisição das unidades habitacionais;
- V. Existência prévia de infraestrutura (água, esgoto e energia);
- VI. Existência prévia de equipamentos sociais, compatíveis com a demanda do projeto;
- VII. Implantação pelos municípios dos instrumentos da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, voltados ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade e implantados em municípios integrantes de territórios da cidadania, nos casos de municípios com população entre 20 e 100 mil habitantes.
- VIII. Serão priorizados, independentemente de sua localização ou porte populacional do município, os projetos destinados a atender demanda habitacional decorrente de:
- IX. Crescimento demográfico resultante do impacto de grandes empreendimentos.
- X. Situação de emergência ou de calamidade pública declarada por Decreto Municipal e reconhecida por Decreto Estadual e Portaria da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.

O processo do programa Minha Casa Minha Vida inicialmente foi cumprido com a construção de 1 milhão de moradias e com um investimento total de R\$ 55 bilhões, cujo R\$ 18 bilhões foram destinados às famílias da

Faixa 1. Em maio de 2011 houve a fase II do programa que previa a construção de 2,6 milhões de moradias, e dessa quantidade, 45% a 60% seria destinado aos grupos familiares da Faixa 1. O valor total investido na segunda fase seria de R\$ 170 bilhões(BRASIL, 2014).

Com o grande investimento, os resultados teriam de aparecer e nortear para onde a política deveria ir e como poderia melhorar. Para tanto, a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades buscou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para, em conjunto, produzirem uma pesquisa acerca do PMCMV, com o intuito de avaliar a percepção dos beneficiários desse programa. Esse esforço contou também com a colaboração da Confederação Nacional dos Serviços (CNS), que deu apoio técnico e financeiro para o projeto (Brasil, 2014).

Além do investimento e da avaliação dos resultados, o programa habitacional brasileiro faz parte de uma política de desenvolvimento econômico, dada a inclusão social e a distribuição de renda que é caracterizado em outros programas sociais da época, como por exemplo o programa bolsa família.

## **2.2. LOCALIDADES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

Existiu um grande investimento em habitação nas diversas localidades do território nacional. Os programas de habitação necessitam de áreas que tenham um custo-benefício muito bom e o local precisa ser acessível. Raquel Rolnik et al.(2015) faz um paralelo das construções de moradias com as áreas onde essas moradias de programas habitacionais são implantadas, e que geralmente as habitações dos programas são implantadas em áreas periféricas visto que a terra é mais barata e isso virou praxe nas políticas habitacionais. Isso faz com que aconteça um espraiamento urbano.

As localidades onde são instaladas as casas do Programa Minha Casa Minha Vida são em territórios mais afastados do centro, pois grandes e pequenas áreas são de custo elevado nos principais centros comerciais e assim inviabiliza a instalação do programa nesses locais mais centrais, dado

que o objetivo é incluir um grande número de pessoas. Caso as moradias fossem instaladas em locais que o metro quadrado é mais caro, haveria uma diminuição da oferta de moradias, tanto pelo fato de o metro quadrado ser caro e porque não há, geralmente, muitos espaços disponíveis nos centros que comportem uma estrutura de programa habitacional.

As localidades com proximidade ao centro têm um custo bastante elevado pelo fato de o metro quadrado ser muito caro em faixas centrais das diversas cidades. A crítica referente às localidades pode exprimir o custo extra que as famílias que vão habitar essas casas nesses locais, podem ter. Os acessos aos locais essenciais ficam, em sua maioria, perto ou no centro. Famílias com acesso mais difícil aos locais essenciais podem ser prejudicadas de diversas formas (DA GAMA TORRES, Haroldo e GONÇALVES, Renata, 2007).

As políticas habitacionais podem e precisam ser bem localizadas visto que o bem-estar das famílias que são contempladas com as residências também depende desse fator para vigorar. ROLNIK, Raquel et al., (2010) informa que todas as pessoas têm direito à moradia que seja bem localizada e com infraestrutura suficiente, entretanto, no Brasil, precisamos dar um passo maior para alcançar esse feito visto que a maior parte dos domicílios urbanos brasileiros encontra-se em péssimas condições, como o exemplo mais conhecido que são as favelas, mas temos também os loteamentos irregulares e os próprios conjuntos habitacionais que são geralmente instalados em lugares impróprios.

As políticas habitacionais visam ajudar as famílias desamparadas de moradias, e fazer com que essas famílias exerçam seus direitos à moradia. A política habitacional do Minha Casa Minha Vida buscou atender essa necessidade. A Constituição garante direito à moradia por meio da Emenda Constitucional nº 26/2000, cujo inclui a moradia como direito no Art. 6º e esse direito é uma competência comum da União, dos estados e dos municípios (BRASIL, 2018). A ONU explica que a moradia não é somente um local avulso que as famílias possam se alojar, mas que tenha condições mínimas que garantam a dignidade humana (ONU, 1991).

Mesmo com as instalações dos programas habitacionais distantes, as políticas habitacionais são de extrema importância para que haja acesso à moradia de pessoas desamparadas, e essa lacuna é de interesse social. A criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social facilitou o acesso à moradia dos brasileiros por meio de investimentos que visavam melhorar as condições de casas e viabilizar a habitação para pessoas de baixa renda, além de melhorar e auxiliar as instituições que desempenham funções no setor de habitação (BRASIL, 2010).

### **2.3. IMPASSES RELACIONADOS ÀS LOCALIDADES DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS.**

Com a maioria dos programas instalados em locais distantes do centro, alguns impasses podem ocorrer com famílias que foram beneficiadas com a casa do programa habitacional. LIMA(2018) evidencia que, pelo fato de a maioria dos programas de habitação instalarem residências longe do centro, as famílias ficam geograficamente mais distantes dos serviços básicos que são indispensáveis para o bem-estar e para a qualidade de vida desses beneficiários. LIMA (2018), mostra que as famílias do Programa Minha Casa Minha Vida do município de Serra Talhada, em Pernambuco, demoram, em média, duas ou três vezes mais para chegarem aos serviços de saúde, educação e segurança.

Segundo Chagas et. al. (2019), os empreendimentos do PMCMV se localizam distantes dos centros de trabalhos. Portanto, esperamos que o efeito do programa sobre o deslocamento das famílias seja positivo, ou seja, o fato da família ser beneficiada, principalmente pela Faixa I, faz com que ela tenha em média um deslocamento maior para chegar aos locais essenciais, comparadas aquelas que não receberam as moradias.

Locais afastados dos centros podem trazer condições adversas aos moradores contemplados com as políticas habitacionais. As famílias precisam de acesso aos serviços essenciais de forma rápida para que não fiquem desamparadas.

Desse modo, algumas famílias preferem ficar perto dos centros de trabalho e perder em condições básicas de moradia, mas ganham no que se refere ao deslocamento aos locais essenciais. Glaeser (2011), aborda justamente as preferências dos indivíduos que moram em más condições com o intuito de ter acesso mais fácil às grandes cidades e todas as oportunidades que nelas existem. Do ponto de vista das famílias mais pobres, elas buscam por conta própria locais mais perto dos centros para que não exista um custo adicional com deslocamento e para que não fiquem em locais de subsistência rural. Dessa forma, Glaeser (2011) verifica que as famílias ficam em residências ruins perto do centro de trabalho para melhorar sua renda e sua produtividade laboral que os grandes centros oferecem.

As famílias preferem más condições com a premissa de que as coisas irão melhorar futuramente e também com a crença de melhores oportunidades devido à localização. Essa situação coloca pessoas não beneficiadas com os programas sociais mais perto dos grandes centros e lhes retiram o mínimo para que haja moradia digna. Com as moradias dentro dos centros, mas com qualidade ruim, é mais fácil essas famílias terem menor tempo de acesso ao trabalho e aos outros serviços essenciais.

### **3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

Nesta parte do estudo aborda-se as ferramentas metodológicas que contribuíram para o embasamento. As metodologias foram divididas em três partes. A primeira parte tem o intuito de detalhar melhor o que as famílias precisam para serem contempladas na Faixa 1 e mostrar as características das próprias famílias. A segunda parte mostra a descrição das variáveis escolhidas. A terceira parte diz respeito à estratégia de identificação.

#### **3.1. COLETA DE DADOS**

Os dados desta pesquisa referem-se às famílias domiciliadas no município de Serra Talhada-PE, o estudo foi realizado ao longo do ano de 2018. Fundamenta-se em dados primários derivados de visita *in loco*, mas o presente trabalho não foi feito *in loco*, mas sim, utilizou-se os dados derivados da visita de terceiros *in loco*. Os entrevistados participaram do sorteio do Programa Minha Casa Minha Vida com o intuito de financiar moradias para famílias de baixa renda, que não podem ter renda acima de 3 salários (Faixa 1).

As características para a família conseguir inscrever-se no programa na Faixa 1 são: não ser proprietário, cessionário ou promitente comprador de imóvel residencial; não ter recebido benefício de natureza habitacional oriundo de recursos orçamentários do município, dos Estados, da União, do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), não podendo também ter utilizado Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para financiamento de imóvel durante 5 anos e não ter restrição de crédito. Ainda, para participarem do PMCMV, as famílias que se encaixam na Faixa 1 precisam levar alguns documentos ao Centro de Referência da Assistência Social, ou à prefeitura de Serra Talhada para inscreverem-se. Logo após realizar essa inscrição, as famílias escolhidas pela prefeitura e

aprovadas pela Caixa serão comunicadas acerca das datas de sorteio e assinatura dos contratos.

As famílias que participaram do sorteio foram divididas em dois grupos: o grupo de tratamento, que é constituído pelos grupos contemplados com o Programa Minha Casa Minha Vida, e o grupo de controle, formado pelas famílias não beneficiadas ou contempladas pelo programa, mas que mostram características semelhantes às das famílias beneficiadas. Os grupos entrevistados possuem características semelhantes como forma de determinar limites teóricos no que diz respeito à quantidade de famílias entrevistadas, para tanto, foram entrevistados grupos familiares com renda de até R\$5000,00<sup>1</sup>. Ainda, o grupo de famílias não beneficiadas participaram do sorteio no ano de 2017 em Serra Talhada, esse sorteio foi o primeiro produzido pela prefeitura do município( ALVES, J., et. al., 2015).

As informações acerca dos endereços dos envolvidos no sorteio foram adquiridas junto à Secretaria de Desenvolvimento Social de Serra Talhada. Com os endereços das famílias sorteadas, realizou-se entrevistas com o grupo de controle em junho de 2018.

Na edição do programa no ano de 2017 participaram 900 famílias para serem sorteadas. Das inscritas no sorteio e não foram sorteadas, conseguiu-se realizar as entrevistas ao todo com 478 domicílios. O baixo número de entrevistas é explicado pela disponibilidade dos endereços ofertados pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Serra Talhada.

Localizamos e entrevistamos um total 479 famílias. Destas, 228 foram contempladas com o PMCMV e já estavam alojadas nas residências, esse é o grupo de tratamento. 251 restantes são famílias que participaram do sorteio, concorreram à casa entretanto não foram contempladas. Por fim, as famílias do grupo de tratamento foram participantes e selecionadas por um sorteio em



2017, enquanto as entrevistas foram feitas com todos em junho e setembro de 2018.

### 3.2. DESCRIÇÕES DAS VARIÁVEIS

Com o objetivo de mostrar as variáveis que serão utilizadas neste estudo, foi criado um único Quadro 1 com as principais e mais relevantes variáveis para o estudo. Foram utilizadas variáveis que relacionam a política pública habitacional, variáveis de cunho socioeconômico que mostram o perfil e peculiaridades das famílias entrevistadas, assim como a variável tempo de ida ao trabalho que é o enfoque do presente estudo. Assim, a regressão tem de conter variáveis independentes que além de influenciar na participação do programa, impactam no resultado de interesse.

Desse modo, as variáveis escolhidas para estudo do tempo de ida ao trabalho são demonstradas no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Descrição das variáveis utilizadas no estudo do tempo de ida ao trabalho.

Variáveis	Descrição
Benefício	Dummy identifica se a família é beneficiária do PMCMV (sim=1, não=0)
Número de Pessoas	Número de pessoas que moram na residência
Renda Domiciliar	Renda domiciliar mensal
Anos de Estudo	Número de anos de estudo do chefe
Chefe cor Branca	Dummy para raça do chefe (branco=1, não branco=0)
Tempo de Ida ao Trabalho	Tempo de ida em minutos para os postos de trabalho

Fonte: Elaboração própria, 2022.

As variáveis mostradas são de perfil socioeconômico e objetivam mostrar o resultado do PMCMV sobre o tempo de ida ao trabalho das famílias contempladas e não contempladas. As variáveis abordam as peculiaridades das famílias beneficiadas e não beneficiadas com o Programa, o número de

<sup>1</sup> Essa escolha ocorreu devido a pesquisa ter sido realizada durante a segunda fase do programa, onde para ser beneficiário, deveria possuir renda familiar de até R\$ 5.000,00.

peças residentes na casa, a renda domiciliar por mês, os anos de estudo do chefe, a raça do chefe e o tempo de ida ao trabalho em minutos.

### 3.3. ESTRATÉGIA DE IDENTIFICAÇÃO

Para estimar a relação entre o PMCMV e o tempo de ida ao trabalho, foi utilizado a seguinte equação:

$$Y_i = \alpha + \beta T_i + \gamma X_i' + \varepsilon_i \quad (1)$$

Onde  $T = \{0,1\}$  representa o tratamento, sendo  $T = 1$ , tratado e  $T = 0$ , não tratado,  $X$  é o vetor multidimensional das características socioeconômicas das famílias<sup>22</sup>.  $Y_i$  são as variáveis de interesse da família  $i$  (tempo de ida ao trabalho) e  $\varepsilon_i$  representa o termo de erro, o qual captura todos os fatores relacionados com o tempo de ida ao trabalho e que não esteja presente no vetor  $X_i'$ .

Se a aleatorização foi bem sucedida  $E(T_i \varepsilon_i) = 0$  e o parâmetro  $\beta$  captura o impacto do PMCMV sobre o tempo de deslocamento das famílias até o trabalho.

---

<sup>2</sup> Dummy identifica se a família é beneficiária do PMCMV (sim=1, não=0), Número de pessoas que moram na residência, Renda domiciliar mensal, Número de anos de estudo do chefe, Dummy para raça do chefe (branco=1, não branco=0).

## 4. RESULTADOS

A seção 4 de resultados apresenta a estatística descritiva das variáveis utilizadas e o efeito do PMCMV sobre o ida ao trabalho, através de uma regressão linear simples.

### 4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A Tabela 1 a seguir expõe a estatística descritiva das amostras adquiridas no estudo de campo no município de Serra Talhada. O intuito da Tabela 1 é comparar as características das famílias contempladas e não contempladas com o PMCMV com base na duração do tempo de ida ao trabalho.

Tabela 1 - Estatística descritiva das variáveis para beneficiários e não beneficiários.

Variáveis	Controle	Tratado	Diferença de média	t valor <sup>3</sup>	Descrição
Beneficiado	251	228	-	-	-
Número de Pessoas no Domicílio	3,336**	3,464912**	-,1289123	-0,9869	Média
Renda	795,564 (R\$) ***	620,9623 (R\$) ***	174,6017 (R\$)	5.8242	Média
Anos de Estudo Chefe	9,124**	8,881579**	,2424211	0,6390	Média
Chefe com Cor Branca	33,2**	25,8**	,0732281	1,7519	Percentual
Tempo de Ida ao Trabalho	23,05556 min***	43,63333 min***	20,57778 min	3,5787	Média

\*\* P<0.05 e \*\*\* p<0.01

Fonte: Elaboração própria, 2022.

A Tabela 1 mostra a quantidade de beneficiados e não beneficiados com o PMCMV no município de Serra Talhada, sendo 228 famílias beneficiadas e 251 não beneficiadas. A Tabela 1 compara também o número de pessoas que habitam o domicílio, entre as famílias beneficiadas são em média 3,464912 pessoas e as famílias não beneficiadas 3,336. O número de residentes é praticamente o mesmo, temos uma diferença de média de residentes de -,1289123 que não é significativa. O número alto de pessoas é

comum em famílias de baixa renda, mas WONG, Laura L. Rodríguez; BONIFÁCIO, Gabriela Marise(2008) mostram que a fecundidade está diminuindo gradualmente nos países da América Latina, sobretudo no Brasil.

A renda das famílias contempladas e não contempladas têm diferença de média significativa, entre grupo de controle e tratamento. A renda das famílias do grupo de tratamento é de R\$620,96 em média, já a renda média das famílias do grupo de controle é de R\$795,56, e a diferença de renda entre as famílias é de R\$174,60. Apesar de existir diferença de média significativa para essa variável, as rendas médias das famílias ainda estão muito abaixo do salário mínimo, e a renda per capita de ambas as famílias está muito próxima do que é considerado pelo Governo do Brasil(2021) como condição de pobreza. A condição de pobreza atualmente é de famílias com renda per capita até R \$200. Nossa amostra evidencia uma renda per capita de 179,21 e 238,48 respectivamente para as famílias contempladas e não contempladas, isso mostra que não há uma diferença grande quando falamos de faixa de renda, que é um critério importante para entrar no PMCMV na Faixa 1.

A Tabela 1, ainda sobre características socioeconômicas, explicita os anos de estudo dos chefes das famílias. Podemos verificar que os anos de estudos dos chefes são bem próximos e não há uma diferença que interfira no resultado almejado do presente trabalho (a não existência de diferença de médias entre os grupos, mostram que a aleatorização funcionou, as características de ambos os grupos estão balanceadas). Os chefes das famílias beneficiadas têm em média 9,124 e os chefes das não beneficiadas têm 8,881579 anos de estudo em média.

No que cerne às características dos chefes de família, a tabela mostra que 25,8(%) das famílias contempladas, os chefes são da cor branca e 33,2(%) das famílias não beneficiadas, os chefes são da cor branca. Os dados referentes à cor dos chefes também não há diferença significativa de média entre grupos.

A variável tempo de ida ao trabalho faz menção à quantidade de tempo em minutos que os membros das famílias contempladas e não contempladas levam para chegarem aos postos de trabalho. Essa é a variável de interesse de estudo. Como mostra a tabela, há uma diferença significativa no tempo de ida ao trabalho entre o grupo de tratamento, famílias contempladas, e o grupo de controle, famílias que não foram contempladas com o PMCMV. Podemos ver ainda que o tempo médio em minutos de diferença é de 20,58 minutos. Este tempo nos diz que as famílias contempladas com o Programa Minha Casa Minha Vida, levam, em média, 20,58 minutos a mais para chegarem nos postos de trabalho comparado com as famílias que não foram contempladas.

#### 4.2. O EFEITO DO PMCMV SOBRE O TEMPO DE IDA AO TRABALHO.

A Tabela 2 mostra uma regressão linear simples, a mesma foi feita através dos dados obtidos na pesquisa em campo. Com os dados, podemos estimar as relações do programa minha casa minha vida com o tempo de ida ao trabalho.

Tabela 2 - Efeito do PMCMV sobre o tempo de ida ao trabalho.

	Tempo de Ida ao Trabalho	
Programa	20.58 ***	18.96***
Variáveis de Controle	Não	Sim

\*significativo a 10%; \*\*significativo a 5%; \*\*\*significativo a 1%.

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Verifica-se que os beneficiados com o Programa Minha Casa Minha Vida são impactados negativamente no que diz respeito ao tempo de ida ao trabalho. É mostrado na Tabela 2 os dados de uma regressão linear que foi separada em duas partes: a primeira foi feita sem as variáveis de controle e a segunda parte com as variáveis de controle (beneficiários do PMCMV, número de pessoas no domicílio, renda mensal, anos de estudo chefe, chefe com cor branca).

A Tabela 2 explicita que o impacto negativo que afeta o grupo de tratamento é o acréscimo de tempo que esse grupo leva a mais, em média, para chegar aos postos de trabalho. Pode-se verificar que, em média, o grupo de famílias beneficiadas com o PMCMV estimado sem as variáveis de controle levam 20 minutos a mais para chegarem nos postos de trabalho contrapostos com as famílias não contempladas com o Minha Casa Minha Vida. A segunda parte estima a mesma regressão, mas agora com as variáveis socioeconômicas como controle e o resultado é praticamente o mesmo, quase 19 minutos, em média, os grupos beneficiados levam a mais para chegarem aos postos de trabalho comparado com o grupo de controle.

Segundo Chagas et. al. (2019), os empreendimentos do PMCMV se localizam distantes dos centros de trabalhos. Portanto, verifica-se que o efeito do Programa sobre o deslocamento das famílias seja positivo, ou seja, o fato da família ser beneficiada pela Faixa I, faz com que ela possua, em média, um deslocamento maior, comparadas aquelas que não receberam as moradias.

As moradias do PMCMV são mais distantes dos grandes centros de trabalho, esse fato pode ser explicado pelo valor muito elevado do metro quadrado nos grandes centros. Quanto mais próximo do centro, mais elevado fica o metro quadrado e, conseqüentemente, mais caro seria para instalar as moradias nesses locais mais próximos aos centros onde ficam os postos de trabalho.

Como abordou DA GAMA TORRES, Haroldo e GONÇALVES, Renata(2007), os valores do metro quadrado nas faixas centrais são mais elevados fazendo com que as áreas periféricas cresçam. Pelo motivo do metro quadrado ser mais elevado no centro, faz com que a instalação do PMCMV seja em áreas que não sejam caras, mas como consequência temos um tempo maior de acesso aos postos de trabalhos que se encontram no centro, na maior parte das vezes.

Por outro lado, Chagas et. al. (2019) explica que algumas pessoas abrem mão de uma moradia digna para morar perto dos centros de trabalho, com o intuito de ter oportunidades de emprego e aumentar sua produtividade,

essas famílias instalam-se em ambientes desagradáveis, mas próximo das oportunidades de emprego .

As famílias ficam temporariamente em ambientes desfavoráveis pensando em um lugar melhor futuramente, dado que elas terão oportunidades no centro e gradualmente essas famílias poderão hospedar-se em locais não favelados (CHAGAS et al., 2019).

Além da teoria econômica, o programa Minha Casa Minha Vida foi alvo de várias críticas nos últimos anos por construir casas em regiões periféricas, longe de oportunidades de emprego e dos centros urbanos (MARQUES; RODRIGUES, 2013; ROLNIK et al., 2015), esse é um dos motivos para algumas famílias preferirem viver nos centros onde haja oportunidade de emprego mesmo em locais precários.

A má localização pode gerar transtornos aos indivíduos beneficiados pelo programa. Isso pode gerar não só um aumento no custo de transporte, mas prejudicar essas pessoas no mercado de trabalho(KAIN, 1968).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos enfoques do Programa Minha Casa Minha Vida, quando iniciado, seria a incrementação na área da construção civil objetivando gerar empregos e renda. Para tanto, um investimento elevado foi feito por meio de casas financiadas pelo governo para iniciar a política habitacional mais robusta do Brasil. Alvo de investimentos do PMCMV, Serra Talhada-PE galgou o crescimento no número de moradias e contemplou sua população de baixa renda com casas de melhor qualidade.

Assim, o presente estudo avaliou os efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida sobre o tempo de ida ao trabalho no município de Serra Talhada. O estudo baseou-se em dados primários coletados de visita *in loco*, obtidos através de observação e entrevista com perguntas semiestruturadas. Foram entrevistadas famílias beneficiárias ou não do programa, mas com características parecidas, obtendo-se dois grupos para análise.

O objetivo do presente estudo foi avaliar o tempo de ida ao trabalho dos dois grupos de análise. Verificou-se que as famílias beneficiadas com o PMCMV levam em média mais tempo para chegar aos postos de trabalho comparado com as famílias que não foram beneficiadas e portanto não moram nas zonas onde foi instalado as casas do programa habitacional. O resultado foi analisado por meio da descrição do perfil socioeconômico dos que participaram da entrevista e através de uma regressão linear.

Mesmo com empecilhos, as famílias beneficiadas com o programa ficam satisfeitas com as casas pois estão em moradias mais confortáveis e não pagam aluguel. Os próprios moradores sentem satisfação em pagar por uma moradia que será sua e não mais pagar aluguel. Essa satisfação pode ser explicada pelo que mostra GALIANI, Sebastian et al.(2017), que fala que a melhoria nas habitações tem um efeito positivo na satisfação dos moradores mesmo com o empecilho de outras demandas.



Por outro lado, algumas famílias preferem morar perto do centro e perder qualidade de moradia, mas terem mais oportunidades no que tange ao emprego, tendo em vista que morar perto do centro é ter acesso mais fácil ao mercado de trabalho. Esse *trade-off* pode invalidar o intuito do programa habitacional.

Dessa forma, o estudo não tentou julgar a satisfação dos beneficiados ou moldar soluções para o problema do tempo de ida ao trabalho, mas explicitar esse impasse que deixa as famílias beneficiadas mais distantes dos postos de trabalho.

Ainda, o presente estudo tem como limitação a impossibilidade de identificação da totalidade de famílias que participaram do sorteio, que pode comprometer o balanceamento em termos de característica observáveis e não observáveis entre controle e tratamento.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J., et. al. (2015). **O impacto do programa minha casa, minha vida sobre a qualidade da moradia dos beneficiários no município de serra talhada – PE**. IV Encontro de Economia Pernambucana disponível em: <[http://www.clickpe.com/iv\\_enpecon/arquivos/econ\\_pernambucana/012.pdf](http://www.clickpe.com/iv_enpecon/arquivos/econ_pernambucana/012.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, 104 p., 2004.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11124.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. **Portal Brasileiro de Dados Abertos - PMCMV**, 2016a. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

CATTANEO, M.; GALIANI, Sebastian; GERTLER, Paul J.; MARTINEZ, Sebastian; TITIUNIK, Rocio. **Housing, Health and Happiness**. *American Economic Journal: Economic Policy*, v. 1, n. 1, p. 75–105, 2009.

CHAGAS, Andre Luis Squarize & ROCHA, Guilherme Malvezzi, 2019. **"Housing program and social conditions impact: Evidences from Minha Casa Minha Vida program lotteries in Brazil."** *Working Papers, Department of Economics 2019\_40*, University of São Paulo (FEA-USP), revised 05 Nov 2019.

COLLINSON, R.; ELLEN, I. G.; LUDWIG, J. **Low-Income Housing Policy**. [S.l.], 2015. (Working Paper Series, 21071). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w21071>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

Coulson E., and L. Foster, **"Housing Tenure and Labour Market Impacts: The Search Goes On"**, Department of Urban Studies and Planning, MIT, September, 2008.

DA MATA, D & MATION, L (2018). **"Labor Market Effects of Public Housing: Evidence from Large-Scale Lotteries"**. Working paper: 4 th REAP & SBE Meetings.

Drum, C. L., **Déficit habitacional e impactos econômicos do programa Minha Casa Minha Vida no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado,

Economia do Desenvolvimento, PUCRS.  
<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2558>, 2010.

FJP. Fundação João Pinheiro. **Déficit habitacional no Brasil 2009**. Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte, 200p., 2012.

JACOB, B. A.; LUDWIG, J. **The effects of housing assistance on labor supply: Evidence from a voucher lottery**. *American Economic Review*, v. 102, n. 1, p. 272–304, February 2012. Disponível em: <<http://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/aer.102.1.272>>.

PEQUENO, Renato. **Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências**. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, p. 26-30 de mai. 2008.

ROSETO, Jose. **The ABC of Housing Strategies: Are Housing Assistance Programs Effective in Enhancing Children's Well Being?** Tinbergen Institute Discussion Paper, 2012. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2112859>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

RUPRAH, I. **The Welfare Impacts of Social Housing Programs in Latin America**. Working Paper: Inter-American Development Bank, OVE, 2011. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/WSDocs/getdocument.aspx?docnum=35545408>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

PEREIRA, Andréia; VIEIRA, Márcia. **Minha Casa Minha Vida Residencial Vitória marca um novo tempo da habitação em Montes Claros**. Montes Claros: Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2013.

DA GAMA TORRES, Haroldo; GONÇALVES, Renata. **O mercado de terras em São Paulo e a continuada expansão da periferia**. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 9, n. 2, p. 9-9, 2007.

MIRANDA, Humberto; GOMES JÚNIOR, Evaldo. **Urbanização reflexa: a emergência de arranjos urbanos intermediários no Brasil pós-1990**. EURE (Santiago), v. 43, n. 130, p. 207-234, 2017.

DAMICO, Fabiano. O Programa Minha Casa, Minha Vida e a Caixa Econômica Federal. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro e a Caixa**. Rio de, p. 33, 2011.

NUNES, Fernanda Marcelino. **Interferência dos ajustes de coordenação das esquadrias no projeto de modulação de alvenaria estrutural**. GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. PAC I. 2018. Disponível em: <https://goo.gl/1w4xgJ>. Acesso em: 09 de mai de 2019.

LIMA, José Victor Souza de. **O efeito do programa minha casa minha vida sobre o acesso aos serviços públicos: saúde, educação, segurança e áreas de lazer no município de Serra Talhada-PE.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasil.

DE PAULO, F. L. L. et al. **DESENVOLVIMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA, PERNAMBUCO, BRASIL: AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS PROVOCADOS PELO PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA.** Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 10, n. 4, 2014.

CHAGAS, André Luis Squarize et al. **Housing program and social conditions impact: Evidences from Minha Casa Minha Vida program lotteries in Brazil.** FEA/USP, 2019.

ROCHA, G. M. **Política habitacional e a oferta de trabalho: Evidências de sorteios do Minha Casa Minha Vida.** 2018. 88f. Dissertação(mestrado) - Universidade de São Paulo, 2018.

WONG, Laura L. Rodríguez; BONIFÁCIO, Gabriela Marise. **Retomada da queda da fecundidade na América Latina. Evidências para a primeira década do século XXI.** Revista Latinoamericana de Población, v. 3, n. 4-5, p. 93-121, 2009.

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em : <http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos.php>. Acesso em :16 nov.2018.

BRASIL. Governo Federal reajusta as faixas de extrema pobreza e de pobreza e aumenta o valor dos benefícios assistenciais pagos a essas famílias. GOV.BR,2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/11/governo-federal-reajusta-as-faixas-de-extrema-pobreza-e-de-pobreza-e-aumenta-o-valor-dos-beneficios-assistenciais-pagos-a-essas-familias>. Acesso em 31 de dezembro de 2021.

IBGE. Séries Históricas e Estatísticas. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/7qXJj2>>. Acesso em: 08 de mai de 2020.

IBGE. Serra Talhada. 2018. Disponível em: <https://goo.gl/v5X6mH>. Acesso em: 09 de mai de 2020.

KAIN, John F. **Housing segregation, negro employment, and metropolitan decentralization.** The quarterly journal of economics, v. 82, n. 2, p. 175-197, 1968.

**O que é Minha Casa Minha Vida.** caixa.gov.br, 2021. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>. Acesso em 31 de dezembro de 2021.

MARQUES, Eduardo; RODRIGUES, Leandro. **O Programa Minha Casa Minha Vida na metrópole paulistana: atendimento habitacional e padrões de segregação.** Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 15, n. 2, p. 159-159, 2013.

ROLNIK, Raquel et al. **O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação.** Cadernos Metrópole, v. 17, p. 127-154, 2015.

ROLNIK, Raquel et al. **Como produzir moradia bem localizada com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida.** Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

HIRATA, Francini. "**Minha Casa, Minha Vida**": Política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana?. Revista Aurora, v. 2, n. 2, 2009.

BRASIL. Moradia: Constituição garante e reforça concretização do direito. GOV.BR,2018. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/constituicao-30-anos/textos/moradia-constituicao-garante-e-reforca-concretizacao-do-direito#:~:text=Assegurado%20pela%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%20de,habitacionais%20e%20de%20saneamento%20b%C3%A1sico%E2%80%9D>. Acesso em 31 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.124/2005.** Brasília, DF. Acesso em: 22 de mai de 2019.

GALIANI, Sebastian et al. Shelter from the storm: **Upgrading housing infrastructure in Latin American slums.** Journal of urban economics, v. 98, p. 187-213, 2017.

Glaeser, E. (2011). **Triumph of the city: How urban spaces make us human.** Pan Macmillan. No citation on text.

BRASIL, M. d C. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do programa minha casa minha vida.** No citation on text, 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2009.** 2012. Disponível em: <https://goo.gl/xo6ifr>. Acesso em: 09 de mai de 2020.

## 7. APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

IMPACTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA SOBRE O TEMPO DE IDA AO  
TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA - PE.

### QUESTIONÁRIO

#### 1 - PERFIL DO ENTREVISTADO (A)

É beneficiário do “Minha Casa, Minha Vida”:  Sim  Não  
 Bairro atual: \_\_\_\_\_ Bairro anterior: \_\_\_\_\_  
 Número de pessoas no domicílio:  
 1  2  3  4  5  Mais de 5 pessoas: \_\_\_\_\_  
 Renda domiciliar (soma de todas as rendas): \_\_\_\_\_  
 Recebe Bolsa Família:  Sim  Não  
 Idade do Chefe do domicílio: \_\_\_\_\_  
 Anos de estudo do chefe do domicílio: \_\_\_\_\_  
 Sexo do Chefe do domicílio:  Masculino  Feminino  Não se aplica  
 Cor do Chefe do domicílio:  Amarelo  Branco  Preto  Pardo  indígena  
 Número de filhos com até 15 anos de idade:  
 1  2  3  4  5  Mais de 6  Não se aplica

#### 2 - SERVIÇOS PÚBLICOS

**Você utiliza o transporte público:**  Sim  Não  
 Se sim, qual o tempo esperado em média: \_\_\_\_\_  
**Tempo de ida ao trabalho:** \_\_\_\_\_  
 Qual o transporte utilizado para ir ao trabalho:  
 Carro  Moto  A pé  Ônibus  Bicicleta  
 Outros \_\_\_\_\_  Não se aplica  
**Tempo de ida ao hospital:** \_\_\_\_\_  
 Qual o transporte utilizado para ir ao hospital ou outro serviço de saúde:  
 Carro  Moto  A pé  Ônibus  Bicicleta  
 Outros \_\_\_\_\_  Não se aplica  
**Tempo de ida a escola:** \_\_\_\_\_  
 Qual o transporte utilizado para ir a escola:  
 Carro  Moto  A pé  Ônibus  Bicicleta  
 Outros \_\_\_\_\_  Não se aplica  
**Tempo de ida a delegacia:** \_\_\_\_\_  
 Qual o transporte utilizado para ir a delegacia:  
 Carro  Moto  A pé  Ônibus  Bicicleta  
 Outros \_\_\_\_\_  Não se aplica  
**Tempo de ida a áreas de lazer:** \_\_\_\_\_  
 Qual o transporte utilizado para ir a áreas de lazer:  
 Carro  Moto  A pé  Ônibus  Bicicleta  
 Outros \_\_\_\_\_  Não se aplica

#### 3 - UNIDADE HABITACIONAL

**Você se sente satisfeito (a) com a infraestrutura da sua rua?** ( ) Sim ( ) Não (Falta de calçamento/  
problemas com iluminação/ problemas com esgoto) Por quê?

---

**Já houve casos de violência aqui no bairro?** ( ) Sim ( ) Não

Qual tipo de violência? Quantas vezes?

---

**Há perturbação de sossego por parte dos vizinhos?** ( ) Sim ( ) Não

De que tipo é a perturbação?

---

**Há incomodo de vizinhos quantas vezes na semana?**

---